

POLÍTICA ECONÔMICA

Depois de um período desprestigiado, ministro da Fazenda vê suas opiniões se sobrepor às do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, no Palácio do Planalto

Mantega dá a volta por cima

Jamil Bittar/Reuters 26/6/07



DIVERGÊNCIAS EXPOSTAS: MANTEGA E MEIRELLES DISCORDARAM PUBLICAMENTE SOBRE A META DE INFLAÇÃO

desde que Antonio Palocci caiu do Ministério da Fazenda, engolfoado por uma onda de denúncias de corrupção, em março do ano passado, o presidente Lula fez questão de disseminar que o fiador da política econômica era o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Naquele momento, o principal objetivo de Lula era preservar a credibilidade da política monetária conduzida pelo BC, distanciando-a de Guido Mantega, um crítico feroz de Meirelles, que havia sido alçado a ministro da Fazenda. A manobra do presidente da República teve, porém, um efeito limitado. Aos poucos, Mantega e Meirelles explicitaram suas divergências e levaram Lula a exigir, publicamente, a unificação do discurso do governo.

Há duas semanas, contudo, o próprio presidente da República contribuiu para que Meirelles e Mantega trouxessem à tona as suas discordâncias, ao defender que a meta de inflação para 2009 fosse fixada em 4,5%. Ao interferir publicamente em um tema de responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), o presidente não apenas sinalizou sua disposição de arbitrar a política monetária como alçou o ministro da Fazenda a homem forte da economia. Mantega era o único dos três integrantes do CMN — os outros dois são o presidente do BC e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo — favorável a meta defendida por Lula. Os dois derrota-

força de Mantega basta mapear algumas das decisões recentes do governo na área econômica.

Uma delas é a baixa da Taxa Básica de Juros de Longo Prazo (TJLP). O indicador, usado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para corrigir os empréstimos concedidos a empresas, tem caído em velocidade além da desejada pelo BC. Na mesma reunião do CMN em que se fixou a meta de inflação de 2009, a TJLP recuou para 6,25% ao ano. Outra medida considerada inadequada pelo BC foi o aumento de tarifas de impor-

tação para proteger setores que, na avaliação do governo, estariam sendo punidos pelo dólar baixo. Para os diretores do BC, em vez de aumentar impostos para restringir importações, o governo deveria abrir a economia, que, além de incentivar a eficiência, ajudaria a conter a valorização do real.

Desconforto

Entre os aliados de Meirelles, a orientação é não alimentar o poder do ministro da Fazenda. "Como em outras oportunidades, Mantega acabará se rendendo à realidade. Depois de muito criti-

car o BC, ele foi obrigado a reconhecer os ganhos que a política monetária proporcionou ao país e a ajuda que deu à reeleição de Lula ao jogar a inflação no chão", resalta um dos defensores de Meirelles. "Mais à frente, o ministro verá que uma inflação menor do que 4% não impede o Brasil de crescer. Muito pelo contrário, reforça o crescimento, pois potencializa o poder de compra dos salários, sobretudo os dos mais pobres."

Apesar da posição de retranca adotada pelo BC, dentro da instituição o desconforto é grande. Há o temor de que, ao defender "um pouco mais de inflação para crescer", Mantega tenha colocado em risco a credibilidade que se construiu ao longo dos últimos anos em torno da política monetária. Logo depois da reunião do CMN, as taxas de juros pagas pelo Tesouro Nacional aos titulares da dívida aumentaram. No mercado futuro, os juros inverteram a curva e passaram a expressar a preocupação dos investidores diante das declarações de subordinados de Mantega de que há "uma corcova" na inflação de 2008 e 2009.

Mesmo entre assessores de Mantega, há o reconhecimento de que a postura do chefe causou estragos desnecessários à imagem do BC. "Há um excesso de vaidade no gabinete do ministro", afirma um frequentador da Fazenda.

À frente da formulação de várias medidas para estimular a economia, Mantega caiu nas graças do presidente. "O ministro não esconde o orgulho de o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ter sido abraçado por Lula", diz uma importante fonte da Fazenda.

